

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2026/21	Câmara Municipal
DADOS DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO	

Tipo Convocatória: Ordinária

Data:

8 de setembro de 2026

Duração:

Início às 16:00 e fim às 17:11

Local:

Sala 5

Presidida por: Pedro Miguel De Carvalho Duarte

Secretariada por: Ana Cristina Inteiro Guindeira

Presenças na sessão:

Nome Completo	Presente
Pedro Miguel De Carvalho Duarte	SIM
Vera Lúcia Pires De Carvalho	SIM
Ana Maria Proença Filipe	SIM
Francisco Pedro Salgado Gouveia	SIM
Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho	SIM

Verificadas as presenças e respetivo quórum da sessão, o Presidente abriu a sessão, procedendo à deliberação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0021 Data: 24/09/2026



A) Período antes da ordem do dia

Período antes da ordem do dia

Nos termos do artigo 52.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi iniciado o período antes da ordem do dia, com as seguintes intervenções:

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Muito boa tarde a todos, Senhoras e Senhores Vereadores. Vamos dar início à reunião pública de setembro, a primeira deste mês. E neste primeiro contacto em direto através das nossas redes sociais, cumprimentar a quem está lá em casa a seguir esta reunião pública da Câmara. Antes do período da ordem do dia, temos o período fora da ordem do dia, no qual vou fazer um resumo daquelas que foram as nossas principais atividades e depois, darei a palavra às Senhoras Vereadoras e ao Senhor Vereador que queiram usar da mesma.

Realçar a reunião que tive no dia 21 de agosto na sede da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), em Coimbra, que contou com a presença do Engenheiro Pimenta Machado, Presidente da APA, e do Secretário de Estado do Ambiente, Doutor João Manuel Esteves. Levei-lhes dois assuntos que considero muito importantes para o Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Por um lado, a situação da SODUOL, a fábrica no Pocinho, e, por outro lado, a questão da ensecadeira que ainda está no rio Côa, decorrente das obras e da suspensão da Barragem do Côa. Foi um tema que foi falado, muito através de um estudo que foi feito e que põe em causa não só o curso natural do rio, como também a conservação das Gravuras Rupestres. Aquando da visita do Senhor Presidente da República, foi um tema sobre o qual se voltou a conversar. É um tema que nos preocupa porque, se há um estudo que nos diz que as Gravuras podem ter a sua preservação em causa, é um tema com que a Câmara se importa e por isso, reuni com estas duas entidades para lhes fazer passar exatamente esta mensagem de preocupação e perceber que diligências é que podem ser tomadas para resolver esta questão. Dar nota também de uma reunião que tive a semana passada na freguesia de Cedovim. Temos um problema que tem a ver com a circulação e com o abatimento que ocorreu na estrada, afetando a circulação e a segurança das pessoas. Acredito que ainda este mês estejamos em condições de fazer a contratação de uma empresa, que nos resolva definitivamente aquele problema. É um problema que se arrasta já há algum tempo, e esse arrastamento obviamente que não nos agrada, mas espero que agora estejam reunidas as condições para, de uma vez por todas, resolvermos aquela questão. Fiz mais uma vez, eu e a Doutora Ana, uma visita às obras da escola, com a presença dos nossos serviços técnicos e da empresa, para perceber o estado em que está a obra. É uma obra de capital importância para o Concelho de Foz Côa, sendo que estas reuniões vão acontecendo de forma regular para ir resolvendo algumas questões que vão acontecendo e também para percebermos o estado da mesma.



No dia 4 de setembro teve lugar nos Paços do Concelho, uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração das Águas do Norte, onde estive eu e a Vereadora Patrícia Carvalho. Falámos de três ou quatro pontos que eu já tinha afluído de uma forma muito superficial, no meu primeiro encontro com o Senhor Presidente das Águas do Norte e que agora tivemos a oportunidade de falar um bocadinho mais sobre mais algumas questões. Uma das questões tem a ver com o aumento da capacidade da Barragem de Ranhados. Como sabem, em 2022 nós estivemos na iminência de ficar sem água. Naquilo que é a responsabilidade do Município, ou seja, na gestão em baixa da rede, nós temos procurado ao longo dos tempos resolver alguns problemas, nomeadamente no que tem a ver com as fugas de água. Os resultados nós publicámo-los ainda este ano. Não estamos longe, estamos mais perto, mas ainda estamos a uma distância considerável daquilo que sejam os números ótimos da eficiência da gestão em baixa, mas estamos a caminhar para lá e na altura foi dado nota disso mesmo. Mas queremos perceber o que é que as entidades, nomeadamente as Águas do Norte e a EPAL, podem fazer para aumentarmos a capacidade da Barragem de Ranhados, que abastece não o Concelho na sua totalidade, mas uma parte muito significativa do nosso Concelho.

Outro assunto que conversámos foi a questão da ETA do Pocinho. Nós temos a intenção de fazer uma intervenção naquela infraestrutura e tivemos aqui alguns conselhos importantes da parte das Águas do Norte para perceber que modelo para o futuro é que vamos adotar, se vamos ficar nós, porque no fundo este é o único modelo onde nós fazemos a gestão em alta, ou seja, antes da água entrar no reservatório e depois a gestão em baixa. O Presidente das Águas do Norte deixou aqui vários pontos ou várias questões em aberto. Vamos trabalhar e vamos perceber qual é a melhor solução para o Concelho de Foz Côa, mas principalmente para a população do Pocinho e das Cortes.

Fizemos também mais uma avaliação daquilo que foi o projeto piloto desenvolvido em Vale Cavalos, o projeto que permite reutilizar a água tratada para fins agrícolas. Aquilo foi apenas um projeto piloto, um projeto experimental, mas dei nota ao Senhor Presidente. E este ponto entronca um bocadinho com o outro, na questão da agricultura e da importância económica que a agricultura tem no Concelho de Foz Côa. De todas as alternativas que nós conseguimos arranjar ou estudar para que exista mais fontes, neste caso de água, para a rega e para a agricultura, acabam por ser importantes, e no fundo, conversámos também e explorámos um bocadinho mais essa situação. E este entronca já no último ponto, que tem a ver com o estudo e a criação de novos meios de retenção de água destinados ao uso agrícola. Foi exatamente isso que fiz, explicar ao Senhor Presidente que, um Concelho maioritariamente agrícola e com as alterações climáticas, aí a fazerem-se notar, cada vez temos mais chuva, mas ela é cada vez mais concentrada no tempo. E isso causa estragos, causa dificuldades na



retenção da água, pelo que acho que é uma questão a que devemos estar atentos e devemos perceber que soluções é que podemos arranjar para fazer essa mesma retenção da água.

Ainda no âmbito das reuniões, queria realçar também a reunião que tive aqui com a Resíduos do Nordeste. Hoje mesmo fiz uma visita técnica às nossas ilhas ecológicas. Como os Senhores Vereadores sabem, este assunto já veio a reunião de Câmara, é um processo que nos preocupa desde o início. As nossas ilhas ecológicas, por um conjunto de problemas, estavam inoperacionais há bastantes anos, e desde o primeiro dia foi nossa intenção, recuperar essa infraestrutura. Felizmente, depois da visita que fiz hoje, embora não a tenha feito a todos os pontos, posso dizer com alguma confiança, que as ilhas ecológicas estão todas a funcionar e muito em breve as pessoas poderão voltar a utilizá-las, por um lado e por outro lado, vai-nos permitir retirar os ecopontos que estão hoje à superfície e, como os ecopontos são da Câmara Municipal, podê-los colocar em outros locais e assim aumentarmos a oferta para as pessoas fazerem a reciclagem dos seus resíduos.

Relativamente à atividade municipal, queria deixar apenas mais algumas notas daquilo que realço desde a última reunião de Câmara. Estamos em setembro, estamos no início da época escolar, e nunca é de mais reforçar aquilo que é o trabalho da Câmara Municipal no apoio à educação. O apoio à educação vê-se não só na criação de infraestruturas ou na sua melhoria, de todas as obras que já estão a decorrer e naquelas cujos concursos estão terminados, e que começarão muito em breve, mas nunca é de mais realçar o apoio que a Câmara dá, de forma direta através dos transportes gratuitos, de refeições gratuitas até ao quarto ano de escolaridade, a oferta dos cadernos de atividades para todos os anos de escolaridade, a criação do serviço de AAAF e de CAF, a participação na formação musical, o apoio à frequência no ensino superior, o acesso dos alunos à Escola Virtual, o cheque-educação no valor de 100 euros para todos os alunos, o projeto PIPSE que está em execução e o apoio aos alunos do CTESP através do pagamento das propinas ou do alojamento.

Outra atividade que queria realçar e que ainda não decorreu. Vai decorrer no dia 10 de setembro e que para nós tem bastante importância e que tem a ver com a abertura da exposição realizada exclusivamente com artistas locais. É na Galeria d'Artes do Centro Cultural e convidado, desde já, todos os presentes e todas as pessoas a estarem presentes no dia 10 de setembro, às 18h00. Vamos para a segunda edição desta exposição e temos mais artistas locais a participar, o que para nós é um sinal de muita satisfação. As pessoas que este ano vão participar são: Adriano Moreira, Adventino Fachada, Alípio Sousa, Andreia Carneiro, Cláudia Mateus, Daniela Carneiro, Diogo Moutinho, José Batista, José Prior, José Ribeiro, Liberta Rodrigues, Luz Rabaçal, Madalena Nevado, Margarida Fernandes, Maria Joaquina Salgado Reis, Mariluz Passeira, Mónica de Sá, Paulo Veiga, Pedro Rocha, Simone Beselga, Susana



Sousa e Victor Melhorado. A todos eles, publicamente, o meu agradecimento por nos ajudarem a criar a segunda edição desta exposição, "A Arte que nos Une". Quero realçar também, e ainda no âmbito da educação, e voltando aqui um bocadinho atrás, à assinatura do protocolo tripartido com a Escola Secundária e com a Universidade Politécnica da Guarda, que tem a ver com o curso de Enoturismo e como sabem, é uma aposta que o Município tem tido ao longo do tempo, que já vamos para a quinta edição. Até aqui, nós tínhamos um curso ligado à Gestão de Alojamentos Turísticos, e este ano, passamos para o curso de Enoturismo. Mais uma vez e sempre com a preocupação de perceber o que é que o nosso mercado precisa, o que é que os nossos agentes locais precisam e não posso deixar de destacar a quantidade, principalmente das casas vitivinícolas e das nossas quintas, em participar connosco, em aceitar o nosso Protocolo e em ajudar-nos a dar parte desta formação, porque alguma dela é feita em contexto de sala de aula, mas depois há muita dela que é feita em contexto de estágio profissional, não sei se é exatamente este o nome técnico. Deixa-nos muito satisfeitos, a mim particularmente, o número de empresas do Concelho que estão connosco e que, no fundo, são parceiras neste projeto importante.

Dar nota também, que começou ontem dia 7 de setembro, o Programa Concelhio de Promoção da Atividade Física, uma atividade que se desloca não só a todas as freguesias, mas a todas as localidades do Concelho. Tem uma parceria com a ULS, também importante na questão da prevenção das quedas. A atividade começou ontem, nós disponibilizámos nas nossas redes sociais o calendário de cada uma das suas localidades. Depois, fazer aqui uma pequena nota, que também acho que é importante, não só para os Senhores Vereadores, como também para as pessoas lá em casa, sobre as obras, não de todas exaustivamente, mas daquelas obras que vão acontecendo pelo Concelho de Foz Côa:

- Estão a decorrer melhoramentos na pista de autocross, está aí à porta o Campeonato Europeu de Autocross;
- Estão a decorrer melhoramentos na freguesia de Castelo Melhor e em Orgal, que estarão prestes a começar e é na mesma empreitada;
- Temos a decorrer a pavimentação no Pocinho e nas Cortes, e que se estenderá até à estrada de Chãs a Santa Comba;
- Temos o talude do Pocinho também numa fase acelerada do seu término. Esta é uma obra que já se arrasta também, passou por muito, mas acredito que até ao final deste mês, meados do próximo mês de outubro, possamos vê-la terminada;
- Continuamos com as obras do 1º Direito, da Escola e do Canil.

Estas são as três maiores empreitadas que temos. Vamos no dia 15 de setembro, e convido também todas as pessoas que queiram estar presentes e os Senhores Vereadores, penso que já receberam o convite, teremos a presença do Senhor Ministro Miguel Pinto Luz, Ministro



das Infraestruturas e Habitação, para entregarmos um conjunto de casas que estão prontas e que ficaram prontas a 31 de agosto, não só aqui em Vila Nova de Foz Côa, como um pouco por todas as freguesias do nosso Concelho;

- A escola continua a sua obra, como eu disse há pouco, a Escola Sede é a obra que já está em andamento. Esperamos começar muito em breve a obra do 1º ciclo, que já falei em reuniões anteriores e o Canil, também segue a sua obra;
- A obra do Gimnodesportivo e das Piscinas Municipais, também se aproxima do final, esperando que não haja mais pedidos de prorrogação, principalmente nesta obra que já se arrasta há bastante tempo e que tem causado os transtornos que toda a gente que passa lá, percebe;
- Estarão também para começar, esperamos que o mais breve possível, eu quando digo que estão prestes a começar, são obras onde já foi feito o concurso e estão a ser feitos os relatórios e o processo administrativo, mas penso que estarão a começar muito em breve. A nossa Rede de Percursos Pedestres, a Torre do Relógio, o Parque do Vale da Teja e como já disse e volto a repetir, a Escola Primária;
- Em concurso temos várias obras, deixar nota, se calhar para aquelas que têm o valor mais significativo, a Igreja Matriz de Foz Côa e o Prazo. Penso que o Prazo tem dois concursos e penso que um deles terminou hoje. Espero que estejam num curto espaço de tempo a concurso;
- O Cemitério das Seixas, a Piscina de Inverno, que também é um Projeto que se arrastou demasiado tempo. Eu acho que em muito pouco tempo estaremos em condições de o lançar;
- Os Castelos de Numão e de Castelo Melhor;
- A substituição do relevado do nosso Estádio de São Sebastião.

E neste período antes da ordem do dia, penso que dei todas as informações que tinha aqui previsto. Pergunto às Senhoras e aos Senhores Vereadores se querem usar da palavra.

Intervenção do Senhor Vereador do Partido Socialista (PS) Francisco Gouveia

Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Vereadores, restantes funcionários, equipa técnica. Uma palavra também para os Municípes que têm o privilégio de nos acompanhar nesta nossa estreia, nesta forma de comunicação do Executivo. Agradeço ao Presidente a apresentação que fez daquilo que foi a atividade recente municipal, contudo, relativamente a toda essa atividade, há aqui algumas questões que nós queríamos esclarecer. Em primeiro lugar, referiu aqui e bem, porque foi um assunto que já falado nas reuniões anteriores, nomeadamente as questões relacionadas com a Barragem de Ranhados e com tudo o que é a problemática da água, portanto a sustentabilidade da água em função daquilo que é a nossa realidade, das alterações climáticas. Falou aqui que o Presidente das Águas do Norte, no dia 4, teve uma reunião com o Executivo e que indicou algumas das possibilidades na barragem de Ranhados para aumentar o caudal. Foi isso que foi indicado, se podia explicar o que é que está previsto



como forma de aumentar o caudal. Se é obras na própria barragem, se é uma alteração do local da barragem para outro sítio onde possa aumentar o caudal, especificamente o que é que foi apresentado e em termos de prazos para execução dessas possíveis ideias, que provavelmente ainda serão só ideias, não sei se existem já projetos, também se quiser esclarecer se existem já alguns projetos. Também falou aqui na questão da ETA do Pocinho, percebi no local que, de facto, há ali situações ambientais muito preocupantes, que nos deixam um bocadinho, de certa forma, até envergonhados com a realidade. Percebi que estão a trabalhar, mas nesse trabalho o que é que foi em concreto apresentado? Qual será o futuro dessa estação de tratamento? Se foi apresentada já alguma obra em si, algum projeto também e prazos de execução? Relativamente a outro assunto, este mais genérico, em contexto de alterações climáticas, a situação que nós falamos também anteriormente sobre o projeto piloto sobre o reaproveitamento de águas residuais. Portanto, é um projeto piloto que nós analisamos em reuniões anteriores e percebemos que o projeto em si não é a solução para as necessidades agrícolas da região. Não tem dimensão suficiente, não disponibiliza água suficiente e o que o projeto indica é que alguma da água que sofrendo o processo de tratamento, que pode ser utilizada em contexto de agricultura, especificamente na viticultura. Noutras culturas não está testado e os índices que eles possam apresentar seja bacteriológicos ou de resíduos, só estão validados para a viticultura, porque esta sofre um processo fermentativo, não se encontra resíduos no produto final, enquanto na fruticultura isso não será solução. Não sendo solução, falaram, e bem, na necessidade de haver alguma retenção de água, aumentar a disponibilidade de água nalguns locais. Em concreto o que é que apresentaram, se houve ideias concretas, gostava que se esclarecesse sobre essa situação.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Obrigado Sr. Vereador, só corrigir aí uma questão, quando eu falei na questão da Barragem de Ranhados, não é aumentar o caudal, é aumentar a capacidade de armazenamento. Uma das questões que se falava e que já nem é nova, já se falava em 2022, é a de reaproveitar ou voltar a usar uma antiga ligação que havia à barragem do Terrenho, que permitiria aumentar a capacidade de Ranhados. Isto foi uma das sugestões que eu dei, porque a gestão em alta é da responsabilidade das Águas do Norte, e nem é diretamente das Águas do Norte, porque as Águas do Norte compram a água, pelo que eu percebi, à EPAL, sendo a responsabilidade da EPAL. Aquilo que eu quis sinalizar ao Senhor Presidente é que passámos por um processo difícil para todos. A Câmara Municipal, com muito esforço dos seus técnicos, principalmente, consegue hoje apresentar resultados de uma clara e notória melhoria na eficiência da gestão em baixa, mas o que vemos na gestão em alta é que esse trabalho não foi acompanhado. Foram faladas várias soluções e uma dessas era essa. Outra questão, era fazer obras mesmo



na Barragem de Ranhados que permitisse alargar um bocadinho mais, e haver lá, mais capacidade de retenção de água. Mas, até hoje o Concelho de Foz Côa, não viu nenhuma melhoria nessa componente importante que é a gestão em alta. E aquilo que eu quis fazer notar, porque o Senhor Presidente das Águas do Norte, também está, ainda, em início de mandato, era dizer-lhe que nós estamos atentos a essa situação e que gostávamos que esses investimentos sejam agora sinalizados para que um dia mais tarde, possam ser realizados e que não voltemos a passar por uma situação de stress como passámos em 2022. Mas, não tem tanto a ver com o caudal, tem a ver com a capacidade de armazenamento da Barragem do Ranhados. Exatamente o mesmo ponto para a questão da ETA do Pocinho, que é uma situação que nos preocupa. Nós temos tido muitos desafios para conseguir fazer a gestão da água porque o nosso quadro técnico é o que é. Nós contratamos um serviço que nos permite externamente garantir a qualidade da água no Pocinho. Eu posso, e podemos hoje garantir a qualidade da água no Pocinho. Mas, percebemos que é um processo/projeto frágil para nós, é um projeto difícil para nós assegurarmos. E aquilo que eu dei nota ao Senhor Presidente das Águas do Norte, era lançar-lhe o desafio, se podíamos replicar o sistema da Barragem de Ranhados na ETA do Pocinho, eles ficarem com a gestão em alta e nós ficarmos com a gestão em baixa. Obviamente que eu não estava à espera que o Senhor Presidente me desse uma decisão ali na reunião, é um processo de intenção, vamos continuar a conversar e vamos perceber se essa possibilidade existe ou não, sempre com o objetivo final de melhorar o serviço que prestamos às pessoas. Esse é sempre o nosso objetivo final. E depois do projeto piloto, eu percebo aquilo que diz, e concordo. A questão de a água residual aplicar-se à vinha, não quer dizer que se aplique às outras culturas. E claramente, percebemos que este projeto não será a solução para o Douro Superior, nesta questão da gestão da água, mas se for uma ajuda, porque não explorá-lo melhor. Claro que, há muitos desafios e um projeto piloto é exatamente isso. Não é solução para nada, é um princípio para se arranjar solução. Claro que depois há muitas questões, a distribuição da água, como é que se faz, como é que não se faz. Há muitas questões a colocar acima disto. Mas pronto, é um caminho que se faz caminhando e aproveitei este ponto para referenciar a importância que a agricultura tem para nós e que todos estes pontos podem ser importantes para arranjar soluções para os agricultores.

Não sei se tem mais alguma intervenção.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Sim. Relativamente ainda a este assunto sobre a Barragem e ao aumento da capacidade de armazenamento, a questão que deu como uma possível solução, seria uma possibilidade ainda não analisada tecnicamente, a transferência da água da Barragem da Teja, é isso?



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Não. Da Barragem do Terrenho e não da Teja. E desculpe interromper, essa solução não foi idealizada por mim. Essa foi uma das soluções que nos apresentaram em 2022, que depois não teve nenhuma consequência. Eu só dei nota ao Presidente que está agora a começar o seu mandato, que havia essa solução que podia e devia ser estudada, para percebermos se pode ou não ser solução no futuro, para aumentarmos a capacidade Barragem de Ranhados.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Nesse caso, então, não falaram concretamente sobre a possibilidade de fazer uma intervenção física na Barragem de Ranhados de forma a aumentar a capacidade de armazenamento ou elevando a própria albufeira, não é? Se isso é tecnicamente viável, se ele apresentou essa possibilidade?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Também se falou nisso. O Presidente ouviu aquilo que eu lhe disse e aproveitei, porque essa também foi uma das soluções que poderia ser tecnicamente viável. Aos técnicos, o que é dos técnicos, aos políticos, o que é dos políticos. Estas duas soluções foram duas soluções que em 2022 se aventaram como possibilidades. E aquilo que eu lhe dei nota, foi isto que foi falado, foi posto em cima da mesa, mas até hoje nada foi feito. E, é importante que estas soluções, e que agora temos um conforto temporal maior, para pensar sobre as soluções técnicas e para as executar, ou não. Na altura da aflição, perdoem-me a expressão, é mais difícil nós conseguirmos executar e pensar as coisas ao mesmo tempo. Este é o momento de nós pensarmos estas questões e foi isso que eu lhe dei nota.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Relativamente a isso, só aqui uma opinião é que acho que o momento, pessoalmente, acho que já não é este. O momento terá sido logo a seguir à aflição, como bem disse. Já passaram alguns anos, felizmente temos tido invernos hidrológicos que, de certa forma, nos salvaguardaram dessa aflição. Mas a partir desse momento o que nós gostaríamos de saber e acho que era interessante para toda a população, saber se os técnicos fizeram algum trabalho técnico para perceber se as soluções que agora falamos já estão estudadas ou não. Acho que já passaram alguns anos desde esse ponto e, portanto, acho que é isso que era preciso também saber.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Mas eu já disse isso, que eu tenha conhecimento, não. Por isso, não é questão de saber, não foi feito nenhum trabalho técnico, que tenha sido dado conhecimento à Câmara Municipal de Foz Côa. Agora, esse trabalho pode ter sido realizado e pode ainda estar nesta fase e não ter sido dado esse conhecimento, mas que eu tenha conhecimento, não. E foi por isso que também, e muito por isso também, que foi marcada esta reunião.



Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Admitimos aqui que temos algum atraso também relativamente à solução, de certa forma.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Um atraso temos, mas não é a Câmara de Foz Côa. Temos, de quem faz a gestão do processo, que neste caso nem sequer é as Águas do Norte, é a EPAL.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Eu quando digo temos, é todos os interessados. Muito bem, sobre esse assunto, estamos com a ideia já formada. Tenho aqui outros assuntos em função daquilo que foi apresentado sobre a atividade municipal. Em concreto, teve uma visita com o Secretário de Estado de Ambiente, julgo eu, sobre a questão da fábrica de óleos do Pocinho e a ensecadeira do Côa. Em concreto, nós aqui votamos uma deliberação do executivo, para manifestar que, solidariamente, nós estamos a apoiar a decisão de retirada daquela unidade de produção do local, pelo impacto paisagístico e ambiental que tem provocado. Provoca danos turísticos também, e, portanto, dentro de uma posição, de fundo, acho que todos comungamos dela. Se recebeu, da parte do Ministro, também essa receptividade ou que soluções foram apresentadas para essa problemática?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

É um processo complexo, não foi do Ministro, foi do Secretário de Estado e com a presença também do Presidente da APA. É um processo complexo, quando iniciámos este processo, no início do mandato, onde eu trouxe aqui à Câmara uma deliberação que depois fiz aprovar também na Assembleia Municipal, sabia que era um processo que ia, infelizmente, demorar muito tempo, mas acho que é importante nós termos este trabalho reivindicativo de não deixar morrer o assunto. Como sabem, a Câmara Municipal deu ordem de despejo administrativo já em novembro de 2021. Quem gere a fábrica pôs uma providência cautelar que corre no Tribunal Administrativo de Viseu, penso eu, e que os permite continuar a laborar. Neste momento aguardamos essa decisão. E, eu dei nota ao Senhor Secretário de Estado e ao Senhor Presidente que os tempos da justiça são o que são. Mas, a verdade, é que do nosso ponto de vista, continuamos com um problema grave, que se vai agudizando, por resolver. E, se estivermos só à espera do tempo da justiça, podem passar demasiados anos para o Concelho de Foz Côa, com um problema adiado, sem o resolver. Naquilo que é a responsabilidade e a jurisdição da Câmara Municipal de Foz Côa, nós tudo faremos para acelerar o processo. Infelizmente, o nosso poder neste caso é relativamente reduzido, mas há uma coisa que eu nunca farei, de certeza absoluta, e por isso trouxe este assunto ao Secretário de Estado e trago este assunto aqui e trarei a todas as instituições que sejam necessárias falar, que é não deixar morrer o assunto e que toda a gente perceba o problema que está ali.



Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

E já agora, em relação à ensecadeira do Côa também.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

O que me foi transmitido, é que a ensecadeira do Côa foi um projeto que esteve inscrito no PRR, não foi possível executá-lo no PRR e está inscrito agora no PTRR. Estive novamente a semana passada com o Senhor Presidente da APA, que me deu nota que a Senhora Ministra do Ambiente está também a trabalhar no assunto. Mais uma vez este é também um processo que embora nos diga respeito e seja muito importante para a Câmara, não é um assunto que esteja na nossa alçada direta. Nós continuaremos a fazer o nosso trabalho de chamar a atenção e de reivindicar para que haja uma solução para aquilo, porque o assunto é sempre importante naquilo que tem a ver com a renaturalização daquele espaço, com o rio, com todas essas questões ambientais, ali muito vincadas e muito importantes para nós. Mas quando falamos que o património e que as Gravuras ou o número significativo de Gravuras pode estar a correr mais riscos do que, o que ocorreria sem a ensecadeira ali, o caso ganha outra dimensão e, mais uma vez, teremos que fazer este trabalho de apelo às autoridades competentes e em todas as instâncias, para defender aquilo que achamos que é o certo.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Muito bem, muito obrigado pelos esclarecimentos, Senhor Presidente. Mas continuando aqui a nossa informação sobre a atividade recente municipal, falamos também nas obras em curso. Nós, aqui, em reunião decidimos, houve uma deliberação no sentido de ser fornecido um mapa das obras em curso, que permita também acompanhar aos Vereadores da oposição sem pelouro, essa evolução e ter uma análise mais objetiva dessa situação. Agradecia, portanto, e assim que possível, não chegou, já passaram alguns meses, depois a gente percebeu que foi o período de férias, mas, entretanto, acho que isso era importante. Mas há outro assunto aqui, que deveria merecer uma análise agora, que tem a ver com a execução do PRR. Terminado agora em agosto, estamos em setembro, portanto fechamos o PRR no 31 de agosto. Sendo esta a primeira reunião pós PRR, deveríamos fazer algum balanço sobre essa execução. Nós, sem esse mapa, não temos dados concretos. Mas consultando o site da transparência.gov, onde estão feitas as demonstrações da execução por todos os municípios, nós verificámos que o valor total em PRR é de 7,1 milhões de euros e o valor recebido são de 2,4. Portanto, está aqui uma percentagem de valor recebido face ao valor financiamento, que no fundo é uma execução, em termos de valores dos projetos de 33,9%. Significa que é um terço das obras executadas totais. Queríamos aqui perceber o que é que aconteceu, o que é que vai acontecer depois e aquilo que não foi financiado. São obras em curso que estavam aqui aprovadas com base num financiamento do PRR que não foram executadas. Como é que vão transferir esse financiamento ou de que forma a Câmara pensa suportar os custos?



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Faço, então, aqui uma revisão muito rápida e depois pedirei aos serviços que vos faça chegar estes mapas. Os valores são parecidos aos que disse. Temos 7.387.160 aprovados no PRR, executados 24% e recebido 35%. Há aqui uma questão, nestes 24% executados, não está a questão da Escola. A Escola não terminou dentro do prazo. Nestes 24% está a Habitação, o Radar Social, as Acessibilidades 360º e o Fundo Ambiental. A Educação, e neste momento posso-vos dizer, a Escola está com 45% de execução e transitará para outro fundo comunitário. O Radar Social está completamente executado. As Acessibilidades 360º, estão executadas. O Fundo Ambiental está executado. E depois, na área da Habitação, temos uma parte executada e uma parte não executada. Aqui eu tenho um valor muito próximo de 1,5 milhões executado e 1,7 milhões por executar. Há aqui uma nuance, até 31 de agosto as obras executadas ou acima dos 90%, ficariam neste programa. As obras que estejam terminadas até 31 de dezembro, ficarão com um financiamento de 85% e depois teremos outras linhas de financiamento. Temos o projeto do 1º Direito com financiamento de 60%. Mas, teremos também no Norte 2030, uma linha para a Habitação. Nós vamo-nos concentrar agora na máxima execução até dezembro e depois, como vocês sabem, é essa a nossa expectativa, que estejam prontas pelo menos duas das casas até 31 de dezembro e aí teremos 85% do valor. Depois, nesse ponto, vamos perceber qual é a melhor linha de financiamento para completarmos o nosso projeto do 1º Direito. Como já disse, várias vezes, em reunião de Câmara e em reunião de Assembleia, a nossa política para a Habitação não se esgota no PRR, não se esgota no 1º Direito. Neste momento, nós estamos concentrados na Habitação Social. Depois, teremos outras áreas e outras linhas de Habitação que queremos explorar, por exemplo, o Arrendamento Jovem, o Arrendamento Acessível, a Renda Apoiada (outro tipo de habitação que queremos criar em Foz Côa). Temos o Bairro da Farfola, que esse será dos primeiros a estar desabitado. Vamos naquele espaço, como em outros, tentar dar uma nova dinâmica habitacional àquele espaço e um bocadinho por toda a cidade. Relativamente à Habitação é isto. Relativamente à Escola, como disse, vamos perceber para que quadro comunitário vamos transitar a Escola. E, no fundo, são estas as duas grandes áreas do PRR, as outras são valores significativamente mais pequenos e estão executados: Radar Social, Fundo Ambiental com o projeto dos Condomínios da Aldeia e as Acessibilidades 360º, que também estão executadas.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Muito bem, aqui percebemos que existe a intenção de transitar os financiamentos para outros programas de apoio, embora não consigamos perceber, provavelmente o executivo ainda não sabe, qual é o nível financeiro desses programas de apoio, para perceber se, de facto, conseguem enquadrar todas as obras que neste momento estão sobre a alçada do Município. Há



aqui sempre uma certa incerteza, mas a política é mesmo isto, existe sempre algum grau de risco. Nós estamos aqui para encontrar soluções e estamos aqui, também, para procurar responsabilidades. E quando encontrarmos soluções também estaremos aqui para juntos poderemos felicitar, quando as coisas correrem bem. Relativamente a outras situações, e falamos várias vezes no Pocinho, é quase recorrente cada vez que há uma reunião, falarmos no Pocinho ou em Cedovim (quer dizer, nós falamos sempre em todos, sou simpático). Mas, tenho notado do ponto de vista turístico, sinceramente, continua a ser um território com muito potencial, mas ainda com pouco foco, daquilo que deveria ser o foco do Executivo e há aqui um pormenor que dá para perceber isso. No início do verão fiz vários apelos ao Executivo, relativamente à necessidade da limpeza das estradas, das principais vias, não só pela questão da segurança contra os incêndios, mas pela imagem que transmitem do nosso Concelho. A estrada que liga Foz Côa ao Pocinho tem imensa vegetação nas bermas, que bate praticamente nos carros. Estamos numa altura em que a nossa região é procurada por ser uma época alta das vindimas, há muito mais fluxo turístico e há uma maior deslocação de pessoas ao Pocinho exatamente por isso. Dá aquela imagem ainda, de alguma despreocupação sobre a situação. Foi-me garantido que essas situações estavam resolvidas, mas neste momento não estão. Queria saber o que é que aconteceu e se tem algum plano, porque ainda estamos numa fase em que temos muita procura turística. Se pode dar alguma informação sobre essa situação.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Senhor Vereador, como sabe, a responsabilidade da estrada não é nossa, é das Infraestruturas de Portugal e eu posso-lhe dizer que eles devem ter mais de dez registros meus a pedir a intervenção na estrada, não só nessa, como também depois na Nacional 222. Porque como disse, e bem, é uma estrada muito frequentada em qualquer altura do ano, felizmente para nós. E a verdade é que é uma vergonha a estrada estar naquela situação. E, como disse, não me tenho cansado de reclamar junto das autoridades competentes, neste caso, com as Infraestruturas de Portugal, para fazerem a limpeza desse espaço. Eu nunca garanti que a solução estava garantida. O que eu disse é que nós íamos trabalhando e, neste caso, pugnando para que aquela limpeza fosse feita. Infelizmente, o verão passou e a limpeza não foi feita. Como justificação, vão-nos dizendo que houve problemas nos concursos públicos. Nós também estamos do lado da contratação e percebemos que, às vezes, acontecem problemas, mas deveriam ter sido encontradas outras soluções alternativas que garantissem a limpeza da estrada, porque, naquele caso, já nem está só em causa a questão estética, está a questão da segurança. Se se cruzarem na estrada dois carros mais largos, um deles riscará o carro, de certeza, ou os dois, naquela zona. Mas é o que é. Como eu disse, eles devem ter lá mais de dez pedidos meus. Infelizmente, os pedidos ainda não foram atendidos. Quando fala na questão do Pocinho, concordo. É, efetivamente, um ponto turístico muito importante para nós.



Como eu já falei também, em reuniões anteriores, é um território onde é complexo investir. E onde é mais complexo, parece que as coisas se atrasam mais. As vicissitudes porque passou o talude, o painel escultórico, que, felizmente, agora começa a ver a luz do dia é paradigmático disto que eu estou a dizer. Quase seis anos para executar aquela obra. É difícil de explicar às pessoas, ninguém percebe isto. Até para nós, que estamos aqui dentro, percebemos a dificuldade e custa-nos a aceitar, quanto mais para as pessoas, neste caso do Pocinho ou de outra freguesia. Sempre o disse, não estamos aqui só para o bom, também estamos aqui para assumir o mau. Infelizmente é uma situação que não se conseguiu resolver antes, mas felizmente agora parece que a coisa andarà de forma definitiva e que no espaço de um mês, um mês e meio, esse processo estará completo. Mas só para provar, ou para dar mais uma prova, que o Pocinho é verdadeiramente estrutural e importante para nós, deixe-me dizer-lhe que aquilo que é a negociação do PROVER, que ainda não está assinado. A Câmara de Foz Côa, nos cerca de meio milhão de euros que terá desse programa, aquilo que nós sinalizamos junto da CIMDOURO, foi que esse investimento deva ser feito no Pocinho, na melhoria das acessibilidades, na melhoria da mobilidade das pessoas e em projetos que possam ajudar a fazer crescer aquela zona e a receber melhor os tantos e tantos visitantes que nos visitam, por exemplo, através da Linha do Douro. Depois, isto entronca outra vez na SODUOL e na questão da fábrica e nestas questões todas. Por isso, estamos atentos a elas, as coisas não andam muitas vezes na velocidade que nós queremos, mas temos feito o nosso esforço para que as coisas melhorem. Melhorámos a estrada, como sabem, a empreitada que eu falei há pouco da pavimentação é importante também, não só no Pocinho como nas Cortes da Veiga. Temos o talude pronto e vamos perceber o que é que conseguimos melhorar ali naquela zona.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Muito bem, relativamente ao PROVER, não sei se indicaram algumas das medidas concretas que vão implementar.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Estamos ainda numa fase inicial. Aquela que indicámos agora inicialmente foi a questão do talude, porque já estive inscrito em outros programas, que infelizmente pela demora, acabámos por perder o financiamento. E, temos alguns projetos em carteira que eu não queria estar a falar sobre eles, neste momento, porque pode ser prematuro. Mas temos alguns projetos importantes de mobilidade e acessibilidade para as pessoas.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Relativamente à mobilidade e acessibilidade, e de facto, já me conhece, sabe quando as coisas estão bem, não tenho problemas nenhuns em informar e dizer que, de facto, há obras que são bem feitas e aquela pavimentação no Pocinho era uma obra necessária. Não sei como é que está hoje, mas estive vários dias depois de concluída, sem a sinalização vertical,



sem ter as pinturas. Ali é uma zona em que ela é nacional, é obrigatório, não sei se isso, entretanto, está regularizado.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Ainda não está regularizado, mas não é nacional, é municipal. Se fosse nacional nós não íamos intervir.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Certo, mas eu consulte sobre o concurso de manutenção, porque aparece no mapa como sendo nacional entre o Pocinho e Mós. É a informação que está pública. Entretanto, pode haver outra informação, mas essa eu não tenho, é aquela que eu vi e, portanto, não sendo mesmo nacional, não deixa de ter a obrigação de ter essa sinalização vertical, não é? E, portanto, acho que é uma questão de segurança. O mais rápido possível, então, se puderem executar essa situação.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Só para fazer aqui um ponto de situação, eu e o Vereador Francisco monopolizamos, aqui, praticamente o tempo disponível para o período fora da ordem do dia, mas também não temos que ser rigorosos nos 60 minutos e por isso, dou a palavra à Senhora Vereadora.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, funcionários, equipa técnica e a todos os que nos acompanham. Eu no dia 12 de agosto, enviei um e-mail dirigido ao Senhor Presidente, no sentido de solicitar o acesso à gravação teste da reunião de Câmara, realizada no dia 14 de julho. Até ao momento desconheço a resposta. Não sei, talvez porque também tive a caixa de correio com alguns constrangimentos, se realmente houve uma resposta a esse e-mail, ou se, neste momento, como é que eu posso ter acesso a essa gravação?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Quer que responda já?

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Sim.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Não sei, Senhora Vereadora, eu posso perguntar aos serviços. A ideia que tenho é que na altura o e-mail foi enviado com o meu conhecimento e tenho a ideia que lhe tenha sido disponibilizado. A resposta da Câmara foi enviada com o meu conhecimento. Não quero estar a assegurar.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

A resposta da Câmara, sim. Mas eu desconheço, e é por isso que eu lhe estou a perguntar. Não sei se devido a um problema que eu tive no e-mail, se realmente eu não recebi a resposta. Se me poderem reenviar e ser dada a resposta.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Sim, eu posso pedir para reenviar. A resposta agora neste momento será difícil, até porque a pessoa que foi responsável por esse envio, hoje, na parte da tarde está em trabalho fora da Câmara. Eu posso pedir para reenviarem tão breve quanto possível.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Eu poderia ter acesso à gravação?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Sim, claro.

Intervenção da Senhora Vereadora do PS, Vera Carvalho

Sim? Pronto. É tudo.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, vamos então dar início ao período da ordem do dia.

B) Ordem do dia				
Processo 4784/2026. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Chãs solicita apoio financeiro para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção, a realizar nos dias 14,15 e 16 de agosto.				
Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes
Primeira	5	0	0	0

Factos e fundamentos legais:

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Chãs solicita apoio financeiro para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção, a realizar nos dias 14,15 e 16 de agosto. A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3743 de 3 de setembro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira e a realização do evento.

Processo 5065/2026. A Associação Recreativa e Cultural do Orgal solicita apoio financeiro para a realização da festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios- Orgal a realizar no período de 22 e 23 de agosto de 2026.



Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade	
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes	
Primeira	5	0	0	0	

Factos e fundamentos legais:

A Associação Recreativa e Cultural do Orgal solicita apoio financeiro para a realização do Convívio de Verão - Orgal 2026 a realizar no período de 22 e 23 de agosto de 2026.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3786 de 4 de setembro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira e a realização do evento.

Processo 5382/2026. Constituição de uma Zona de Concentração e Apoio à População - ZCAP

Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade	
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes	
Primeira	5	0	0	0	

Factos e fundamentos legais:

A proteção civil municipal constitui uma dimensão essencial da ação autárquica, orientada para a prevenção de riscos coletivos, a preparação da resposta a situações de emergência, a proteção da vida humana e a assistência às populações em caso de acidente grave ou catástrofe.

O enquadramento geral desta matéria decorre da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, nos termos da qual a proteção civil corresponde à atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas, autarquias locais, cidadãos e demais entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos, atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer pessoas e bens em perigo quando ocorram situações de acidente grave ou catástrofe.

No âmbito municipal, assume particular relevância a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua redação atual, que estabelece o enquadramento institucional e operacional da proteção civil nas autarquias locais. Este diploma define como objetivos fundamentais da proteção civil



municipal a prevenção dos riscos coletivos no território municipal, a atenuação dos seus efeitos, o socorro e assistência às pessoas em perigo e o apoio à reposição da normalidade da vida das populações afetadas por acidente grave ou catástrofe.

O mesmo regime jurídico prevê ainda que a atividade de proteção civil municipal compreende, entre outros domínios de atuação, o planeamento de soluções de emergência destinadas à prestação de socorro e assistência, bem como à evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município.

Neste enquadramento, a criação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP) constitui uma medida de planeamento, preparação e resposta operacional, permitindo ao Município dispor de uma estrutura previamente identificada e organizada para acolher pessoas e famílias afetadas por situações de emergência, designadamente em cenários que impliquem evacuação, desalojamento temporário ou perda das condições mínimas de segurança, habitabilidade e bem-estar.

De acordo com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), o alojamento temporário de emergência constitui uma valência do apoio psicossocial em emergência, destinada a proporcionar aos cidadãos e às famílias um local seguro para permanecerem antes, durante ou após um acidente grave ou catástrofe, assegurando igualmente alimentação e apoio psicológico de emergência.

A ANEPC disponibiliza ainda orientações técnicas específicas para a instalação e gestão de ZCAP, abrangendo matérias como o planeamento, preparação, ativação e gestão destas estruturas, bem como a definição de recursos, áreas funcionais e mecanismos de apoio às populações.

A existência de uma ZCAP previamente definida permite reforçar a prontidão operacional do Município, melhorar a articulação entre entidades intervenientes e assegurar uma resposta mais célere, coordenada e eficaz às necessidades imediatas da população em contexto de emergência. Esta estrutura deverá articular-se com o Serviço Municipal de Proteção Civil, com os agentes de proteção civil, com as entidades de apoio social e com os demais parceiros institucionais relevantes, em conformidade com os instrumentos municipais de planeamento de emergência.

Assim, considerando que:

1. Compete ao Município desenvolver medidas de proteção civil destinadas à prevenção, preparação, resposta e apoio às populações em situações de emergência;
2. A proteção civil municipal abrange expressamente o planeamento de soluções de emergência relativas à evacuação, alojamento, abastecimento, socorro e assistência às populações;
3. A ocorrência de acidente grave, catástrofe ou outro evento de emergência pode



determinar a necessidade de deslocação temporária de pessoas ou famílias para local seguro;

4. A criação de uma ZCAP permite assegurar, de forma organizada, condições de acolhimento temporário, alimentação, acompanhamento, informação e apoio psicossocial às populações afetadas;

5. A identificação e preparação prévia desta estrutura reforça a capacidade operacional do Município de Vila Nova de Foz Côa e contribui para uma resposta mais célere, coordenada e eficaz;

6. Esta medida deve ser integrada nos instrumentos municipais de proteção civil, designadamente no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3741 de 3 de setembro de 2026.

Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Este foi um processo que foi presidido pela Senhora Vereadora Patrícia Carvalho, em articulação com o nosso responsável da Proteção Civil, o Engenheiro Agnelo Marques. Depois de feito o estudo e perceber qual era o sítio que mais se adequava para esta finalidade, foi decidido que este local seria o Gimnodesportivo, porque é aquele que, no conjunto dos requisitos, melhor cumpre a sua função. E, é o sítio que nós propomos, para que seja utilizado como zona de concentração de apoio à população. Uma breve introdução: uma zona de concentração de apoio à população é, caso algum dia por algum fenómeno natural ou não, tivermos a necessidade de deslocalizar pessoas, durante algum tempo, onde tínhamos condições para, não só do ponto de vista infraestrutural, mas até do ponto de vista psicológico, por exemplo, ou mesmo médico. É o sítio, como eu disse, que nós escolhemos (o Gimnodesportivo) porque tem algumas condições para esta situação.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Antes da votação e para não ser assim tão rápido, e porque acho que é necessário esclarecer aqui algumas questões relativamente a esta zona de abrigo. Nós, também em reuniões anteriores e antes da época de incêndios, chegamos a referir sobre a necessidade de haver, em todas as freguesias, zonas de proteção. Zonas onde houvesse um espaço físico, onde pudesse haver, portanto, alguns alimentos básicos para situações de catástrofe. Nós, estamos aqui a falar numa ZCAP para a freguesia de Vila Nova de Foz Côa. Acho que é necessário também, ter em atenção o resto do Concelho.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Eu passo a explicar, esta ZCAP é situada no Concelho de Foz Côa, mas não é para Foz Côa, é uma ZCAP a ser utilizada para todo o Concelho. Até porque, vamos ser práticos, para as



peças também lá em casa perceberem. A imprevisibilidade pode-nos levar a muitas situações, mas qual é aquela que todos estamos mais habituados? Incêndios, que obriga à deslocação de pessoas. Tanto mais eficaz será essa ZCAP aqui no centro da cidade, do que descentralizada nas suas freguesias. Porque se, o incêndio estiver a pôr em causa as freguesias (e as freguesias são pequenas), nós deslocalizarmos as pessoas das casas para um ponto mais central da freguesia. Ok! Pode ajudar um bocadinho, mas as pessoas estarão muito mais seguras se estiverem mais longe dessa zona mais crítica. E, essa zona que foi identificada é o Gimnodesportivo. E, repito, é na cidade de Foz Côa, mas é para todo o Concelho.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Eu percebi essa questão. Quando eu disse que numa situação de catástrofe, imagine que a catástrofe acontece numa zona extrema do concelho. E essa freguesia, ali localizada, precisa se deslocalizar para aqui. A estrada que nos liga à sede do Concelho, pode estar bloqueado o acesso. Aqui a questão é, a medida está bem estruturada, mas não deixa de haver necessidade de, em outros locais, haver outras zonas de apoio e proteção. Essa é a questão. E depois, relativamente à zona escolhida, eu acho que também é importante perceber se foi tido em conta, na sua escolha, ou mesmo após a sua escolha, a necessidade de o espaço ser revisto do ponto de vista da sua eficiência em situações extremas. Se, imaginamos, a cobertura é suficientemente resistente em situações de ventos mais fortes. Ventos esses, que possam provocar danos em habitações e há necessidades de deslocalizar para lá. Imaginamos, estamos a decidir este local como centro de abrigo e ele próprio em si pode estar até mais danificado, se ele não estiver já, previamente estruturado. Se isso foi tido em conta na escolha, o que é que vão fazer relativamente a essa situação?

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Sim, Senhor Vereador. Os considerandos da escolha estão aqui, isso é uma análise técnica para nós e obviamente que há sempre situações limites, que nós nunca conseguimos prever. Estamos melhor preparados, quanto melhor fizermos o nosso trabalho de casa e quanto melhor estivermos assegurados, do ponto de vista do planeamento, logística, etc. Porém, há sempre situações imponderáveis. Se nós tivermos um problema de as pessoas não conseguirem, por exemplo, como disse, da estrada, deslocalizar para a cidade de Foz Côa. Bom, arranjar-se-ão outras alternativas nos Concelhos vizinhos, haverá sempre outras soluções. Isto só vem somar àquilo que é a nossa resposta no âmbito da proteção civil e no âmbito de catástrofes de grande dimensão. Felizmente, não me lembro de uma necessidade deste tipo. Mas, pronto, é, uma necessidade que nós identificamos e que propomos. No fundo, o que vem à Câmara é a aprovação deste espaço.



Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Muito bem. O que eu queria propor, e eu concordo, e, portanto, merecerá a nossa aprovação. Mas, que este local escolhido, seja, portanto, monitorizada a sua eficiência, para fornecer esse serviço e que depois nos possam passar essa informação do que foi feito.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Muito bem. Portanto, penso que estamos em condições de votar.

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar a criação da Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP) do Município de Vila Nova de Foz Côa, enquanto estrutura operacional de apoio temporário destinada ao acolhimento, acompanhamento e assistência das pessoas e famílias afetadas por situações de emergência, acidente grave ou catástrofe.

Processo 5410/2026. Protocolo Tripartido entre Universidade Politécnica da Guarda, Município de Vila Nova de Foz Côa - Ratificação. e Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso				
Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes
Primeira	5	0	0	0

Factos e fundamentos legais:

Proposta de Ratificação do Protocolo Tripartido entre **Universidade Politécnica da Guarda, Município de Vila Nova de Foz Côa e Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso.**

Considerando que, no passado dia **31 de agosto**, foi assinado o Protocolo Tripartido que tem por objeto **concretizar formas de cooperação institucional que permitam, através de ações conjuntas, potenciar as valências de cada outorgante e criar sinergias que suportem a criação e realização do curso técnico superior profissional (CTeSP) de Enoturismo;**

Considerando que a assinatura célere do referido protocolo se revelou imprescindível para **garantir o início do ano letivo;**

Considerando que o desenvolvimento deste protocolo traz manifesto interesse para esta entidade, traduzindo-se na **abertura de mais uma edição de um CTeSP lecionado no concelho de Vila Nova de Foz Côa, com as mais valias inerentes, como o aumento de alunos no nosso concelho, na aquisição de competências na área do Enoturismo, possibilitando a todos mais e melhores conhecimentos que serão colocados à disposição dos envolvidos na área.**

Assim, proponho que ao abrigo do mecanismo de ratificação, se delibere:



1. **Ratificar a assinatura** do Protocolo Tripartido celebrado entre a **Universidade Politécnica da Guarda, Município de Vila Nova de Foz Côa e Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso**, cujo texto se anexa à presente proposta.
2. **Atribuir efeitos retroativos** à presente ratificação, reportando-os à data da respetiva assinatura 31 de agosto, considerando-se como plenamente válidos e eficazes todos os atos entretanto praticados ao abrigo do mesmo.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3768 de 3 de setembro de 2026.

Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Esta é uma ratificação do Protocolo que já foi assinado, como eu já falei no período fora da ordem do dia, entre a Universidade Politécnica da Guarda, o Município de Foz Côa, e o Agrupamento de Escolas Tenente Coronel Adão Carrapatoso, para a criação de mais um ano. Nesta feita, com um curso diferente do que aquele que tem sido lecionado até aqui. Até aqui, temos tido a gestão de alojamentos turísticos, neste momento vamos ter um curso de enoturismo. A procura tem sido bastante satisfatória. Não sei exatamente ainda, quantos alunos teremos, mas a procura tem sido boa. Vamos procurar que as aulas comecem, ainda no mês de setembro, ou no máximo, durante o mês de outubro. Como sabem, e aproveito até para fazer alguma publicidade, o Município oferece o alojamento às pessoas que são de fora e que precisem do alojamento, ou oferece o pagamento das propinas àqueles que não precisarem de alojamento. É, a nossa forma de promover a formação, neste caso, técnica superior. Alguma questão sobre este Protocolo?

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Relativamente a este Protocolo, não conheci o anterior que existia, mas julgo que está nos mesmos moldes. Eu verifiquei este. Aqui há uma alteração, de facto, da escolha da oferta formativa. Julgo, que, desta vez, um pouco mais adequada que a anterior. E, portanto, acho que o Município nesse aspeto esteve bem. E, portanto, os moldes do Protocolo, a forma de o executar e o financiamento que está aqui subjacente, merece aqui, a nossa aprovação. Mas, a escolha em si, merece-nos mais que a aprovação, merece-nos aqui um certo elogio.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Muito obrigado, Senhor Vereador. É, exatamente como diz, o Protocolo está nos mesmos moldes dos outros anteriores, a alteração foi o curso em si. Passámos de alojamentos turísticos para o curso de enoturismo. Penso, que estamos então, em condições de votar.



A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, ratificar a aprovação pelo Sr. Presidente da Câmara proferida em 31/08/2026, do Protocolo Tripartido celebrado entre a Universidade Politécnica da Guarda, Município de Vila Nova de Foz Côa e Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso.

Processo 5332/2026. Relatório do Primeiro Semestre de 2026 sobre a situação económica e financeira do Município, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Fernando Peixinho & Associado – SROC Ld^a.

Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade	
Votação	A favor	Contra	Abstenções		Ausentes
Primeira	5	0	0		0

Factos e fundamentos legais:

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3698 de 1 de setembro de 2026.

Resolução:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Este, é um relatório que vem aqui apenas para conhecimento e que depois será enviado para a Assembleia Municipal, para apreciação e votação. Deixar duas ou três notas que me parecem importantes sobre o relatório: As contas do Município e as finanças do Município estão bem. O orçamento está equilibrado. Em termos de despesas correntes, que é sempre um ponto que nos preocupa, recebemos mais do que aquilo que gastamos, o que nos ajuda, também, a melhorar o resultado líquido, que ainda continua negativo, mas melhorou cerca de 534 mil euros. Continuamos com uma capacidade de endividamento bastante grande. Temos fundos disponíveis na ordem dos 5,5 milhões de euros. Como disse o resultado líquido melhorou em 534 mil euros e a receita corrente cobrada, foi superior à despesa corrente realizada, em período homólogo do ano passado, e, por isso, estamos dentro daquilo que é o planeado. Falando aqui no ponto, se calhar, menos positivo de todos, que tem a haver com o grau de execução, que é sempre um ponto que chama a atenção. Estamos com a execução aquém do que queríamos. Estamos sempre com a execução aquém do que queríamos. Mas, pronto, deixar duas notas: que estes valores que apresentamos e que está no global, nos 40,89%, foi a 31 de junho. Com o final do PRR, este valor já subiu. Não tenho o valor final, mas já subiu consideravelmente. E, é o nosso trabalho diário, e de dedicação, para chegarmos ao final do ano com a maior taxa de execução possível, porque isso quer dizer, que conseguimos executar o dinheiro ou todo o orçamento que tínhamos previsto. Obviamente, que há



alguns processos que se vão atrasando, como sabem. Alguns concursos vão ficando desertos. É necessário lançar novamente. Vou dar apenas um exemplo, o parque do Vale da Teja, que era um processo que já estava fechado e só agora, se conseguiu ter o concurso terminado e temos uma empresa que, efetivamente, fez uma proposta válida e ganhou esse mesmo concurso. Mas, estamos a 8 de setembro e a obra ainda não começou. E isso, claro que, obviamente, depois no final do ano, vai-se fazer sentir nesta taxa de execução. Mas pronto, vamos trabalhar, ainda temos 4 meses até ao final do ano para executar o máximo possível.

Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Relativamente a este ponto, o relatório semestral é um relatório, e são sempre, demasiadamente técnicos. Portanto, não sei se, é de consulta pública. Se é possível ter a consulta pública, explicarmos isto, é demasiado extenso para uma reunião. Isto daria para estarmos aqui algum tempo, tempo a mais, provavelmente, do que aquilo que é útil para um esclarecimento. Aquilo que se pode verificar, aqui, no relatório e, também, tendo em conta algumas das nossas propostas anteriores e, às vezes, quando avaliamos um investimento, nós temos a tendência de dizer assim, o custo é este. Mas, depois, temos custos extra associados, que é a disponibilidade dos funcionários do Município, combustíveis e energias. E nós, quando fazemos aqui essa análise, sempre nos informou o Executivo, que nós temos uma contabilidade de gestão que integra toda essa perspetiva. O relatório vem aqui informar, na alínea d), onde faz a sua análise do controlo interno, diz que: “anotamos o facto, de ainda, não se encontrar integralmente implementada a contabilidade de gestão, não obstante ser um instrumento de gestão de maior utilidade e ser legalmente obrigatório”. Ele faz aqui uma anotação para, relativamente, esta prática do Município. Não sei se quer esclarecer alguma situação, sobre esta anotação que consta do próprio relatório.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Não. É verdade, é o que diz o relatório. É um processo difícil, a contabilidade de gestão de todos os procedimentos da Câmara. É um processo muito trabalhoso, muito difícil. O reforço dos recursos humanos da Câmara Municipal, também se atrasou, mais do que aquilo que era a nossa intenção. Não se fazem omeletes sem ovos. Precisamos, urgentemente, de reforçar os recursos humanos da Câmara Municipal. Ao invés, ainda tivemos, por vários motivos, mais algumas pessoas que saíram durante o ano, e isso faz com que tenhamos algumas dificuldades. Esta questão da contabilidade de gestão, principalmente naquelas questões de muita rotação, falo, por exemplo, no armazém e naqueles materiais que são usados todos os dias, causa-nos aqui alguma dificuldade. Mas, estamos a trabalhar com o máximo afinco para tentar resolver estas questões. Não desprezando esta anotação, está longe de pôr em causa a informação final e a situação financeira da Câmara Municipal, que é, eu diria, com alguma modestia, invejável.



Intervenção do Senhor Vereador do PS, Francisco Gouveia

Tenho aqui mais uma anotação, que tem a ver, como o próprio relatório indica, que é os depósitos em instituições financeiras. O próprio relator disse que procedeu à verificação das conciliações bancárias, extratos de contabilidade, preparadas pelo Município. Não obstante, da consulta à base de dados de Portugal, verificamos a existência de contas de depósito à ordem em outras instituições bancárias, que aqui estão referidas. Todavia, o Município informou que elas apresentam saldo nulo. Portanto, não alteram a situação final. Mas, acho que é uma situação que deve ser cuidada na informação a enviar ao próprio relator. Porque uma coisa é dizer assim, só tenho 500 euros, mas depois tenho lá 5 mil. Uma coisa é ele confiar. O que ele diz aqui é que é o Município dá a declaração e não dá os documentos. Pode gerar aqui alguma desconfiança, não é? Esperemos que não seja o caso.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Duarte

Permita-me responder, não é nada disso. Estamos a falar de contas que foram abertas por alguma questão, até, às vezes, por questões de obrigações de candidaturas, ou por isto ou aquilo, mas são contas que estão a zero. Não há aqui nada de nada.

Aqui vamos votar, enviar para a Assembleia, porque isto é apenas para o conhecimento da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, tomar conhecimento do Relatório do primeiro semestre de 2026 sobre a situação económica e financeira do Município, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Fernando Peixinho & Associado – SROC Lda. e enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.

Processo 5423/2026. O Grupo Desportivo de Vila Nova de Foz Côa, solicita a celebração de contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro Municipal, para os eventos da época desportiva 2026/2027 da Associação de Futebol da Guarda e da Associação de Basquetebol da Guarda.

Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade	
Votação	A favor	Contra	Abstenções		Ausentes
Primeira	5	0	0		0

Factos e fundamentos legais:

O Grupo Desportivo de Vila Nova de Foz Côa, solicita a celebração de contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro Municipal, para os seguintes eventos desportivos:

- ÉPOCA DESPORTIVA 2026/2027 DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA GUARDA, PARA AS EQUIPAS DE FORMAÇÃO, EQUIPA SÉNIOR E VETERANOS;
- ÉPOCA DESPORTIVA 2026/2027 DA ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DA GUARDA, PARA A EQUIPA DE BASQUETEBOL.



A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3784 de 4 de Setembro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro Municipal, para os seguintes eventos desportivos:

- ÉPOCA DESPORTIVA 2026/2027 DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA GUARDA, PARA AS EQUIPAS DE FORMAÇÃO, EQUIPA SÉNIOR E VETERANOS;
- ÉPOCA DESPORTIVA 2026/2027 DA ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DA GUARDA, PARA A EQUIPA DE BASQUETEBOL.

Processo 5421/2026. A Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, solicita a celebração de contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro municipal, para a época desportiva 2026/2027 da Associação de Futebol da Guarda, na categoria de séniores.				
Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes
Primeira	5	0	0	0

Factos e fundamentos legais:

A Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, solicita a celebração de contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro municipal, para a época desportiva 2026/2027 da Associação de Futebol da Guarda, na categoria de séniores.

Minuta em anexo.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3776 de 4 de setembro de 2026.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o contrato-programa sobre a forma de utilização do autocarro Municipal, para a época desportiva 2026/2027 da Associação de Futebol da Guarda, na categoria de séniores.

Resumo Diário de Tesouraria				
Favorável		Tipo de votação: Ordinária		Tipo de maioria: Unanimidade
		A favor: 5, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0		
Votação	A favor	Contra	Abstenções	Ausentes



Primeira	5	0	0	0
----------	---	---	---	---

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: tomar conhecimento.

C) Período de intervenção e esclarecimento ao público

Período de intervenção e esclarecimento ao público

Apesar de esta reunião ser pública, não houve lugar ao período destinado às suas intervenções, por inexistência de público.

E não havendo mais nada a tratar, às 17h11, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para produção de efeitos imediatos. Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e por mim, Ana Cristina Inteiro Guindeira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que a lavrei.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0021 Data: 24/09/2026

Código Validação: 5YCMMPX96AALDYG9RY5CE52EH
Verificação: <https://fozcoa.balcaoeltronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 27 / 27

